



ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA SANJOANENSE

ASSEMBLEIA GERAL DE 13 DE DEZEMBRO DE 2022

ATA 3_2023

Ao décimo terceiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no auditório do Museu da Chapelaria, São João da Madeira, reuniu-se em Assembleia-geral a Associação Desportiva Sanjoanense, conforme convocatória publicada para o efeito dentro das regras estatutárias.

A Mesa da Assembleia-geral, foi constituída pelo Presidente, Luís Miguel dos Santos Ferreira, pelo vice-presidente Ilídio Leite e pelo associado número 577, Rui Ferreira que foi convidado a integrar a mesa. Como à hora marcada, 21:00h, não estava presente o número mínimo de sócios necessários ao início da assembleia, esta iniciou-se, em conformidade com os Estatutos da ADS, meia hora mais tarde, pelas 21:30h, com a presença de vinte e um associados.

A ordem de trabalhos foi constituída pelos seguintes pontos:

Ponto UM: Aprovação da ata da reunião da Assembleia Geral de 20 de julho de 2022;

Ponto DOIS: Voto de pesar pelo falecimento de Manuel Pereira da Costa, ex-Presidente da ADS;

Ponto TRÊS: Apresentação, discussão e deliberação sobre o Relatório de Atividades e Contas da época 2021/2022;

Ponto QUATRO: Apresentação, discussão e deliberação sobre Orçamento e Plano de Atividades para a época desportiva 2022/2023;

Ponto CINCO: Outros assuntos de interesse da Associação Desportiva Sanjoanense.

O Presidente da Mesa da Assembleia Gral deu início à reunião apelando à boa participação dos associados.

No ponto um da ordem de trabalhos, Aprovação da ata da reunião da Assembleia Geral de 20 de julho de 2022, depois de aberto o espaço para intervenções em relação ao documento disponibilizado previamente no website do Clube, não houve qualquer inscrição para o efeito. Colocada a ata à votação, a mesma foi aprovada com 16 votos a favor e 1 abstenção.

No ponto dois da ordem de trabalhos, voto de pesar pelo falecimento de Manuel Pereira da Costa, ex-Presidente da ADS, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral passou à apresentação da proposta de texto:



“No passado dia 2 de novembro de 2022 faleceu Manuel Pereira da Costa, um ilustre sanjoanense que dedicou toda a sua vida ao direito, à cultura, ao jornalismo e à comunidade sanjoanense.

Natural da vizinha freguesia de Cucujães, onde nasceu há 89 anos, residia em S. João da Madeira desde meados da década de 60.

Um homem culto, humanista, inconformado e inquieto com a injustiça, conhecedor como poucos da nossa história coletiva, com uma formação política apurada. Um advogado muito conceituado e respeitado. Desempenhou a missão de diretor do nosso jornal centenário “O Regional”, onde nos brindava com grande regularidade com as suas crónicas que não nos deixavam indiferentes.

Escritor sob o pseudónimo de Manuel Córrego, a sua obra foi várias vezes reconhecida e distinguida a nível nacional. O seu livro “Campo de Feno com Papolas”, conquistou, por exemplo, o Prémio Ler/Círculo de Leitores.

A sua paixão por S. João da Madeira e o sentido cívico que sempre revelou, fizeram com que assumisse o cargo de presidente da Associação Desportiva Sanjoanense entre 1974 e 1976.

Pelos contributos prestados ao clube e à comunidade, a Mesa da Assembleia Geral da Associação Desportiva Sanjoanense vem propor um voto de pesar pelo falecimento de Manuel Pereira da Costa, manifestando as mais sentidas condolências a toda a família enlutada.”

Colocado o Voto de Pesar à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade e aclamação, tendo-se reservado um minuto de silêncio em memória de Manuel Pereira da Costa.

Já no ponto três da ordem de trabalhos, Apresentação, discussão e deliberação sobre o Relatório de Atividades e Contas da época 2021/2022, o Presidente da Assembleia Geral deu a palavra ao Presidente da Direção, Luís Vargas Cruz, para a apresentação dos documentos suporte ao ponto, previamente facultados aos associados.

O Presidente da Direção da ADS apresentou o Relatório de Gestão da época desportiva de 21/22, que de seguida se reproduz:

“Este relatório será o primeiro a ser elaborado segundo os novos estatutos, contemplando uma época desportiva (2021/2022) e servirá de base para que em termos comparativos se possa auxiliar as contas desta instituição não por ano civil, mas sim por época desportiva.

Ainda sobre o efeito da pandemia, a acrescentar a partir de fevereiro e uma guerra inexplicável a leste da Europa, mas com efeitos nefastos na globalidade dos países.



Esta instituição, é igualmente prejudicada, nomeadamente pela crise energética, com um aumento brutal nas deslocações (gasóleo) e eletricidade e gás.

A crescer os custos com a participação de três equipas no patamar mais alto a nível nacional e três equipas no 2o patamar – Basquetebol Masculino (Proliga), Basquetebol Feminino (1ª Divisão), Hóquei em Patins equipa B (2ª divisão) e a criação da equipa de Futebol B no campeonato distrital. Mais as competições europeias no hóquei em patins da equipa masculina e feminina, com isto os custos federativos aumentaram consideravelmente:

Andebol – 47.000€

Basquetebol - 28.000€

Futebol – 30.000€

Hóquei em Patins -50.000€

Total: 155.000€

O resultado do exercício é negativo, não só pela conjuntura mas igualmente pelo grau de competitividade das várias equipas seniores das diversas modalidades, a crescer duas participações europeias, assim como um aumento dos fornecimentos e serviços externos.

Perante estes resultados negativos, só me resta vincar que em cerca de 12 anos e após uma sequência de resultados positivos, “o coração falou mais alto que a razão”, sempre com o intuito de elevar o nome da Sanjoanense a nível nacional e internacional. Assumo as responsabilidades quer desportivas quer financeiras.

Ao nível da atividade, além das já referidas ao nível sénior, quero vincar que o ecletismo e a formação continuam presentes, nomeadamente ao atingir os objetivos propostos, consequente subida aos nacionais, fases finais em andebol (sub18 e sub20) e respetivos títulos distritais, no basquetebol duas presenças nas fases finais da taça nacional (sub16 fem e sub19 fem), títulos distritais individuais em natação e patinagem artística e por fim a conquista de um título nacional no campeonato nacional de veteranos em andebol. Participação da Ginástica em diversos saraus a nível nacional.

Num ano de retoma da atividade física e desportiva poderemos considerar positiva a participação das diversas modalidades de um clube que continua a primar pelo ecletismo e igualdade de género.

Agradecimento especial aos órgãos sociais, à contabilidade e revisor oficial de contas, aos funcionários e colaboradores, a todos os diretores e seccionistas a todos os atletas, treinadores e fisioterapeutas e essencialmente aos sócios e patrocinadores que continuam a apoiar esta quase centenária instituição.

Por fim proponho à assembleia geral, que o resultado líquido do exercício no valor de 43.465.50€ negativos, seja levado a conta de resultados transitados.



Fiquem cientes que este resultado seja a exceção que confirma a regra dos últimos exercícios.”

Seguidamente, continuou a apresentação genérica dos documentos facultados no dossiê “Relatório e Prestação de Contas 01.07.2021 a 30.06.2022”, tendo sublinhado dos seguintes aspetos:

- ✓ trata-se de um relatório que, pela primeira vez, se refere a uma época desportiva, no seguimento da última revisão dos estatutos;
- ✓ revela mais exigência nos procedimentos de contabilização da despesa e da receita;
- ✓ houve um ligeiro atraso na apresentação das contas o que, de novo, me leva a pedir desculpas aos associados;
- ✓ na página 3 sublinha-se o aumento do passivo em 11 mil euros, alertando-se para o facto de se estarem a comparar períodos temporais diferentes;
- ✓ na página 4 refere que as vendas e serviços prestados aumentou de 108 mil euros para 279 mil euros;
- ✓ os custos com pessoal incluem os valores associados com contratos celebrados com atletas profissionais;
- ✓ na página 13, a quebra dos ativos está associada à avaliação dos nossos ativos que reduziram o seu valor;
- ✓ página 14, em relação aos rendimentos, sublinha-se que as quotas com atletas aumentaram 40 mil euros, bem como o facto de a Câmara Municipal ter aumentado o apoio concedido ao clube;
- ✓ a publicidade também aumentou de valor, bem como os donativos, estes decorrentes do facto das empresas recorrerem ao estatuto do mecenato por terem também benefícios fiscais;
- ✓ a página 16 reflete que houve grande aumento no “fornecimento e serviços externos” devido, essencialmente, ao facto dos treinadores e jogadores emitirem recibos verdes ou apresentarem despesas de deslocação ou alimentação (rubrica “deslocações e estadas”);
- ✓ a rubrica “vigilância e segurança” revela também um aumento significativo pelo fim das restrições COVID19 que obrigam a maior vigilância dos recintos desportivos nos eventos desportivos;
- ✓ as “rendas e alugueres” revelam também aumentos consideráveis, face à necessidade de aluguer de pavilhões e de alojamento para atletas estrangeiros;

Seguidamente, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu a palavra a João Almeida, Presidente do Conselho Fiscal, para que este pudesse apresentar o Relatório e Parecer do Conselho Fiscal produzido, que se seguida se reproduz:

“No cumprimento das disposições estatutárias e legais, o Conselho Fiscal pronuncia-se sobre as contas do exercício iniciado a 1/07/2021 e findo a 30/06/2022 da Associação Desportiva Sanjoanense (ADS).



As Contas agora apresentadas correspondem ao primeiro exercício completo no âmbito da nova organização dos exercícios, resultante da alteração aos Estatutos da ADS. Pela primeira vez, analisamos um exercício correspondente a uma época desportiva. Este Conselho Fiscal recebeu a informação prestada pela direção e solicitou documentação adicional.

Dos dados disponibilizados a este Conselho Fiscal, regista-se a existência de um resultado líquido do exercício negativo no valor de €43.465,50. Este resultado contraria a tendência dos últimos anos para a existência de resultados positivos. Não sendo possível fazer uma comparação de valores, por dizerem respeito a períodos diferentes (em resultado da alteração estatutária), não pode deixar de se registar esta alteração de uma tendência positiva que permitiu o reequilíbrio das contas da ADS. Para este resultado negativo contribuiu decisivamente a situação decorrente da guerra na Ucrânia, que se refletiu num agravamento muito significativo dos custos com eletricidade e combustíveis. No entanto, como é reconhecido no relatório de gestão, a dimensão competitiva dos escalões seniores de várias modalidades também contribuiu para o desequilíbrio do exercício. Cumpre registar que os desempenhos desportivos nesses escalões não deram razão ao aumento do investimento e muito menos ao desequilíbrio das contas, que nunca seria justificado.

O Conselho Fiscal gostaria de poder aprofundar esta análise ao desequilíbrio do exercício, mas a inexistência de contas anteriores organizadas por época desportiva limita essa possibilidade.

Ainda assim, é possível registar mais um indicador negativo no passivo do clube. O valor do passivo aumenta de €394.257,48, a 30/06/2021, para €406.047,60, a 30/06/2022. Um aumento de €11.790,12 no espaço de um ano. Também aqui há uma inversão de tendência que tem de ser assinalada negativamente.

Fica ainda o registo de que este Conselho Fiscal não teve acesso a qualquer informação financeira sobre SAD, empresa participada da ADS.

Tal como em anos anteriores, o Conselho Fiscal considera que, sendo o Relatório de Gestão um instrumento essencial para analisar a evolução da atividade do clube, o mesmo deveria ser mais detalhado e completo. Registamos ainda que o mesmo não devia ser escrito na primeira pessoa, nem assinado apenas pelo Presidente da Direção.

Registadas ênfases e comentários, e considerando a informação disponibilizada, o Conselho Fiscal entende que não há evidência de desconformidades nas contas apresentadas, cabendo aos associados pronunciarem-se pela sua aprovação.”

Feita a apresentação dos documentos, o Presidente da Mesa da Assembleia geral, Luís Miguel Ferreira, abriu a discussão aos associados.



O sócio nº 1495, Élio Almeida, referiu que iria votar contra por não compreender como é que um clube que tem uma participação numa SAD, não disponibiliza qualquer informação sobre o assunto, apelando para que se dissesse nesta assembleia alguma coisa sobre o assunto. Refere ainda que a ADS tem ainda um passivo elevado e que as remunerações com 11 funcionários são elevadas, correspondendo 19 mil euros por funcionário.

Acrescentou ainda que não são apresentadas contas de forma mais simples, com mais critério e desagregadas pelas várias modalidades.

A contabilista do clube, Teresa Silva, tendo-lhe sido concedida a palavra, referiu que tem possibilidade em revelar mais detalhe das contas, designadamente por centro de custos. Acrescentou que a rubrica 62 é a mais relevante, uma vez que os atletas e treinadores têm que apresentar justificação das despesas. Sublinhou que foi dedicado imenso tempo no apuramento final das contas, apelando para que as secções entreguem os documentos atempadamente.

O Presidente da Assembleia geral apelou à direção para que apresentasse a informação de forma mais organizada no website e apelou ainda às modalidades para que entreguem os documentos de despesa de forma regular para não prejudicar o exercício de apuramento das contas.

O sócio nº 1770, Diogo Laranjeira, começou por agradecer ao Conselho Fiscal o seu trabalho esclarecido e independente, questionando-se sobre o que quer dizer que as modalidades têm autonomia. Sugeriu que se realizasse um debate sério sobre o que significa autonomia. Apelou ainda para a necessidade de se investir ainda mais na profissionalização dos quadros da ADS, para que possam ser mais competentes.

O Presidente da Mesa da Assembleia geral concedeu a palavra ao Presidente da Direção para que este pudesse dar as respostas colocadas até ao momento, tendo este começado por referir que a informação mais detalhada e desagregada está já disponível no website do clube. Informou ainda que foi solicitado relatório à SAD para ser presente à Assembleia Geral, mas tal não foi possível. De qualquer modo, adiantou que os resultados da SAD não têm qualquer influência nos resultados da ADS, uma vez que são duas contabilidades distintas, ainda que concorde que deva ser facultada informação aos associados.

Aproveitou para referir que a estrutura de recursos humanos do clube não está alinhada com as necessidades atuais, uma vez que o volume de informação e de documentos é muito elevado, incluindo a emissão de recibos das mensalidades, respostas às associações e federações, organização contabilística, entre outros. Informou que na primeira quinzena de janeiro irá promover uma reunião com as várias modalidades, no sentido de definir normas rigorosas, com penalidades associadas, para as modalidades não cumpridoras.

O associado nº 1358 e vice-presidente da direção da ADS para o futebol formação, Manuel Oliveira, começou por referir que era a primeira vez que fazia



uma intervenção na Assembleia Geral, sublinhando o facto de que os associados que participaram em peso na última Assembleia Geral deveriam ter feito o mesmo nesta sessão. Deu os parabéns ao Presidente da direção por sentir que as coisas estão melhores ao nível da contabilidade do clube. No entanto, alertou para a necessidade de a ADS ter que começar a apresentar as contas de outra forma, para que sejam mais bem compreendidas pelos sócios. Apelou ainda para que as modalidades tenham orçamentos mais rigorosos e mais transparentes. Aliás, completou dizendo que o mesmo se aplica ao clube como um todo. Informou ainda que, no seu entender, existe no site informação sobre as contas que não deveria estar. Sugeriu ainda que o Presidente da direção deve assumir os compromissos que vai assumindo com os vice-presidentes e, como vice-presidente para a formação, precisava de ver esclarecido porque é que no site há um mapa que aponta para um prejuízo de 34 mil euros para o futebol.

Tomando novamente a palavra, o Presidente do Conselho Fiscal da ADS, João Almeida, referiu que, no interesse da ADS, também concordava a a gestão do dia a dia do clube não deveria ser publicada no site do clube.

A este respeito, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Luís Miguel Ferreira, informou que os documentos que foram publicados no website foram precisamente aqueles que o Presidente da Direção lhe fez chegar para esse efeito, para os mesmos pudessem ficar disponíveis nos prazos definidos nos estatutos da ADS.

O sócio nº 458 e vice-presidente da direção, Luís Ferreira da Silva, referiu que só se discutam questões internas das modalidades e que deveriam ser discutidas nos órgãos próprios. No entanto, constatou que o estilo presidencialista do nosso presidente da direção faz com que os membros de órgãos sociais tenham necessidade de fazer aqui as perguntas. Acrescentou que não houve qualquer reunião prévia para discutir e aprovar as contas na direção, nem tão pouco para abordar previamente estes temas no sentido de os clarificar. Sublinhou ainda que há coisas na SAD que têm que ser limadas mas que alguns comentários depreciativos não ajudam nada à pacificação do assunto.

O Presidente do Conselho Fiscal da ADS, João Almeida, clarificou que o Conselho Fiscal deve apenas falar nesta assembleia e reforçou que parte da informação que está no site pode induzir em erro algumas pessoas que olham para a informação desenquadrada.

O sócio nº 1043, Ramadinha, sublinhou que a ADS está dividida por modalidades e que os órgãos não deviam estar divididos. Apelou para que as falhas devam ser apontadas para que não se voltem a repetir. Sublinhou que, no seu entender, a SAD foi um bem necessário para o clube, não vendo quaisquer problemas na sua constituição e funcionamento. No entanto, continua a ver problemas nas várias modalidades.



Não havendo mais inscrições, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral colocou à votação os documentos constantes do dossiê “Relatório e prestação de contas 01.07.2021 a 30.06.2022”, tendo os mesmos merecido aprovação com 13 votos a favor, 6 abstenções e 2 votos contra.

Passando ao ponto quatro da ordem de trabalhos, Apresentação, discussão e deliberação sobre Orçamento e Plano de Atividades para a época desportiva 2022/2023, o Presidente da Assembleia geral deu a palavra ao Presidente da Direção para apresentação dos documentos referentes ao orçamento das modalidades e da sede.

Aberto o período de discussão do ponto, o sócio nº 1043, Ramadinha, perguntou se o que, em geral, nas modalidades faz derrapar o orçamento são as despesas associadas à formação ou ao escalão sénior.

O Presidente da Direção, Luís Vargas Cruz, respondendo à questão concreta, referiu que essas variações estão mais associadas às equipas seniores quando passam para as fases seguintes.

O sócio nº 943, Andrade, referiu que estas derrapagens nos orçamentos existem porque não existem penalidades para as modalidades que as cometem. Alertou ainda para o facto de 90% das notícias do site, Facebook e Instagram do clube referem-se à SAD. Por outro lado, sugeriu ainda que as várias modalidades tenham maior coerência na sua imagem, de modo a que esteja mais alinhada com a do clube.

O Presidente da Direção referiu que também gostava do tempo em que as modalidades se equipavam da mesma forma, mas que neste momento não é mais possível, uma vez que cada modalidade, por si, consegue melhores condições com empresas e contratos com as federações.

Não havendo mais inscrições, o Presidente da Mesa da Assembleia geral colocou os documentos à votação, tendo os mesmos mereceram aprovação com 18 votos a favor e 3 abstenções.

Aberto o ponto cinco da ordem de trabalhos: Outros assuntos de interesse da Associação Desportiva Sanjoanense, o Presidente da Mesa da Assembleia geral deu a palavra ao Presidente da direção, Luís Vargas Cruz, tendo este referido que, depois de várias reuniões realizadas pela direção, foi decidido que a verba encaixada na venda do atleta David Carmo será parcialmente dedicada à liquidação total do passivo do clube, atualmente na ordem dos 403 mil euros. Para a restante verba, ainda não existem decisões sobre a respetiva alocação. Referiu que assume total responsabilidade pelo passivo e pelo resultado líquido deste ano, como já, no passado, assumiu coisas boas e más. Questionou ainda, no caso de recuarmos alguns anos atrás, se alguém se responsabilizou pelo passivo contraído e que herdou quando pegou no clube.



O sócio nº 1770, Diogo Laranjeira, referiu que não consegue compreender a diferença no hóquei em patins, uma vez que não houve grandes alterações de plantel, acrescentando que a equipa de hóquei, com orçamento mais reduzido, está a praticar bom hóquei. Continuando referindo-se à “bandalheira institucional” em que o clube, na sua opinião está mergulhado, em que um vice-presidente, neste caso o Manuel António do futebol formação, votou contra nesta assembleia às próprias contas das quais é também responsável. Para além disso, sublinhou que foi este mesmo vice-presidente que apresentou demissão no seguimento do negócio David Carmo e que, uns dias depois recuou na decisão. Pergunta mesmo como é que este vice-presidente não se demite depois destes episódios? Sustenta dizendo que há falta de escrutínio e as pessoas acham que as suas atitudes não têm consequências, sugerindo que precisamos de ultrapassar este nível de amadorismo e de falta de credibilidade.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu a palavra ao visado Manuel António, vice-presidente da direção da ADS que iniciou referindo que em relação à última Assembleia geral, tornou pública a posição de demissão por não concordar com os termos do negócio que envolveu a venda do atleta David Carmo. Recuou depois na decisão face ao apelo e às diligências do Presidente da Assembleia geral, Luís Miguel Ferreira, que mediou uma negociação com o Presidente da Direção para a gestão futura, em nome da estabilidade do clube. Informou que a conta dos restantes 500 mil euros (sobrantes depois de abatido o passivo) será aberta com o compromisso assumido pelo Presidente para aplicar em investimentos que serão decididos em direção. Acrescentou que votou contra as contas apresentadas nesta assembleia por não concordar com o que lá aparece sobre o futebol de formação, sendo que as mesmas não foram aprovadas em direção. Em relação à SAD, o vice-Presidente da Direção Manuel António afirmou que têm feito um esforço de aproximação das duas estruturas, ainda que no último mês tenha imperado o silêncio. Terminou apelando que se começasse a pensar no centenário da ADS que se celebrará em 2024.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Luís Miguel Ferreira, confirmou que tomou a iniciativa de mediar reuniões de trabalho entre o Presidente da Direção e os vice-presidentes que manifestaram intenção de apresentar demissão, em particular com o vice-presidente para o futebol formação, Manuel António Oliveira, uma vez que manifestava a preocupação com a estabilidade do clube.

De seguida deu a palavra ao Presidente da direção, Luís Vargas Cruz, que informou que o sócio benemérito que assegurava o diferencial do hóquei para a época decidiu sair da estrutura diretiva da modalidade, por si bastante cara. Informou ainda que para a organização do centenário será criada uma comissão aprovada pela direção, sendo que as comemorações iniciarão no dia em que se fizer 100 anos.

Neste ponto não houve lugar a qualquer deliberação.



No final da reunião, foi deliberado por unanimidade dos presentes na Assembleia Geral aprovar a ata em minuta com a referência às deliberações tomadas na mesma reunião.

Não havendo mais assuntos tratados foi esta Assembleia encerrada às vinte e três horas e quarenta e cinco minutos, do mesmo dia, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação Desportiva Sanjoanense, Luís Miguel dos Santos Ferreira e Vice-Presidente da Mesa, Ilídio Leite.

(Luís Miguel Ferreira)

(Ilídio Leite)